



Dossiê Pedagogia Libertária

O papel da educação no movimento operário e anarquista

Vitor Ahagon

Seja, pois, o nosso lema: união e instrução, pois só pela íntima ligação dessas duas atividades poderemos alcançar a realização de nossos anelos de felicidade e paz universal.

Adelino de Pinho

Educação e movimento operário

A história do movimento operário internacional desde muito cedo têm assinalado a importância da educação para os trabalhadores¹. Primeiro, porque a educação, durante todo o século XIX e meados do XX, foi destinada quase que exclusivamente para a burguesia. Em segundo lugar, porque os trabalhadores viam na educação a possibilidade de estudar os problemas fundamentais que enfrentavam. Portanto, a educação servia de instrumento de estudos das chamadas “questões sociais”, lhes dando maior *ciência de suas infelidades e os instruindo para a revolta*².

Tal postura não foi diferente no caso brasileiro. Esposando a tática do sindicalismo revolucionário, propaladas e desenvolvidas no interior da CGT fran-

1 Podemos verificar tal importância no livro de memórias de James Guillaume, *A Internacional*, Editora Imaginário, São Paulo, 2009.

2 Duas ideias desenvolvidas pelo sindicalista e anarquista, secretário das Bolsas de Trabalho da CGT francesa, Fernand Pelloutier

cesa (*Confédération Générale du Travail*), organização operária fundada em 1895, os trabalhadores aperfeiçoam diversas formas de *ação direta* no conflito contra os patrões e o Estado. Além de recorrerem às táticas da sabotagem, boicote e do antipartidarismo – componentes presentes na luta anarquista – a CGT tinha como principal instrumento de mobilização e reivindicação a Greve Geral revolucionária, ou seja, uma greve que tinha como fundamento a expropriação dos meios de produção da burguesia e do Estado, que devem ser postos a serviço dos trabalhadores das fábricas, campos e oficinas. A CGT era, portanto, um organismo de resistência operária contra as investidas da burguesia e do Estado. Por isso, desde que concordassem com as estratégias e táticas do sindicalismo revolucionário, todos poderiam fazer parte de sua organização não importando qual ideologia seguisse.

O Primeiro Congresso Operário Brasileiro teve início no dia 15 de abril de 1906 e se estendeu até o dia 20. Sua realização ocorreu no Centro Galego na Rua da Constituição 30/32, no Rio de Janeiro. Neste histórico congresso foram discutidos diversos temas, desde a organização até a ação do conjunto do movimento. Entretanto, o que conduziu as discussões sobre a orientação do movimento operário foi norteadas a partir das experiências da CGT. Em

suas considerações, o congresso ponderou que o operariado encontrava-se extremamente dividido no que concernia às opiniões políticas e religiosas, por isso a única base de acordo sólida que existia entre os operários era sua situação econômica, portanto, a de serem trabalhadores. Essa base de acordo material lhes possibilitava ter de maneira mais clara quais seriam os melhores meios de ação, tal qual de sua organização.

Ao examinar as experiências históricas do movimento operário, o congresso avaliou que enquanto esperassem as melhorias de suas vidas por meio de leis dificilmente elas se realizariam. Para alcançar as mudanças que lhes eram urgentes os trabalhadores reconheciam a necessidade de ação no campo econômico:

Considerando que o operariado se acha extremamente dividido pelas suas opiniões políticas e religiosas;

Que a única base de acordo sólido e de ação representa os interesses econômicos comuns a toda classe operária, e dos mais a clara e pronta compreensão;

Que todos os trabalhadores, ensinados pela experiência e desiludidos da salvação vinda de fora de sua vontade e ação, reconhecem a necessidade iniludível da ação econômica direta de pressão e resistência, sem a qual, ainda para os mais legalitários, não haja lei que valha; (RODRIGUES, 1979, p.100)

Assim é definido que toda a luta política (eleitoral ou religiosa) não poderia ser realizada dentro do sindicato, pois este era um espaço de resistência da luta econômica. A adoção de uma doutrina política ou religiosa poderia levar o sindicato à lutas internas que ruiriam com o objetivo maior do sindicato: defender e construir uma política que tivesse como base a condição de classe dos trabalhadores. Portanto, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro negava a luta parlamentar e por isso qualquer programa eleitoral, visto que a tomada do poder governamental enfraquecia o movimento e, por conseguinte, impedindo o avanço das transformações reais:

O 'Congresso Operário' aconselha o proletariado a organizar-se em sociedades de resistência econômica, agrupamento essencial e, sem abandonar a defesa, pela ação direta dos rudimentares direitos políticos de que necessitam as organizações econômicas, e pôr fora do Sindicato a luta política especial de um partido e as rivalidades que resultariam na adoção, pela associação de resistência, de uma doutrina política e religiosa, ou de um programa eleitoral." (Idem, p.101)

Partindo deste pressuposto, foram discutidas diversas questões estratégicas, como o aumento salarial, a agitação em prol das oito horas de trabalho,

a propaganda do sindicalismo, a abolição das multas nas oficinas e fábricas, a atitude do operariado quanto à proibição do direito de reunião, os acidentes de trabalho, não faltando espaço para a educação. A pergunta disparadora da discussão sobre a educação foi acerca da conveniência de cada associação operária em sustentar uma *escola laica* para seus associados e de seus filhos, assim como quais poderiam ser os meios de que deveriam lançar mão para essa finalidade. A resolução tirada foi a seguinte:

Considerando que o ensino oficial tem por fim incutir nos educandos ideias e sentimentos tendentes a fortificar as instituições burguesas e, por conseguinte, contrárias às aspirações de emancipação operária, e que ninguém mais do que os próprios trabalhadores interessam-se em formar livremente a consciência de seus filhos;

O 'Primeiro Congresso Operário Brasileiro', aconselha aos sindicatos operários a fundação de escolas apropriadas à educação que os mesmos devem receber, sempre que tal seja possível; quando os sindicatos não puderem sustentar escolas, deve a Federação local assumir o encargo. (Idem, p.109.)

Assim sendo, os trabalhadores deste primeiro congresso já percebiam que a educação não era e nunca havia

sido neutra, que a “educação oficial” tinha como finalidade ideológica manter o regime de opressão e exploração da burguesia. *Ideias e sentimentos* eram transmitidos, ou melhor, incutidos nas crianças, por isso era *necessário* o movimento operário criar escolas que servissem seus próprios interesses, que buscassem produzir um conhecimento e uma prática emancipadora. Tal responsabilidade não cabia senão a eles mesmos realizar. Para tanto, ficava a cargo dos sindicatos formarem tais espaços educativos e se caso não estivesse ao alcance da associação a Federação local tomaria para si a responsabilidade. E com tal enfática percebemos que não se abriu mão da realização dessas escolas, pois era crucial que a educação das crianças fosse empreendida.

Os debates em torno da educação continuaram até a realização do Segundo Congresso Operário Brasileiro, que ocorreu nos dias 8, 9, 10, 11 e 13 de setembro de 1913. Este congresso foi realizado logo após o congresso organizado por Pinto Machado em 1912, a convite do deputado Mario Hermes. Este encontro foi interpretado pelo movimento operário como um “desvio” das questões operárias, por isso merecia uma resposta de todo o conjunto do movimento (SAMIS, 2004, p.137). No congresso organizado pela COB, foi reunido um número muito mais significativo que o anterior, sindi-

catos, associações e ligas operárias de todo o Brasil puderam participar das discussões e deliberações, sendo que nas considerações sobre *a educação e instrução das classes operárias* conseguiram apurar melhor seu olhar tornando mais complexa sua análise. Para esses trabalhadores, as primeiras classes a possuir o monopólio da instrução e educação foram a aristocracia e as *igrejas de todas as seitas*, com isso procuravam manter o povo na ignorância para melhor controlá-la:

Considerando que a instrução foi, até uma época recente, evitada pelas castas aristocráticas e pelas igrejas de todas as seitas, que visavam manter o povo na mais absoluta ignorância, próxima à bestialidade; para melhor explorá-lo e governá-lo; (idem, 138)

Todavia, no momento em que viviam esses trabalhadores, a classe que detinha o controle da instrução e da educação era a burguesia. Tal classe inspirava-se em ideias positivistas e teorias materialistas quando abordavam o conhecimento científico. No entanto, tais ideias eram travestidas de certo misticismo, uma religião do Estado caracterizada pelo patriotismo e o nacionalismo. A ciência mística da burguesia se baseava em falsas ideias propositalmente maquiadas por argumentos supostamente verdadei-

O papel da educação no movimento operário e anarquista

ros, tendo como anseio arremedar-se real, mas que tinha como finalidade a aceitação voluntária da situação que viviam o conjunto da sociedade. Ao inferir ao conhecimento esta roupagem patriótica, a burguesia colocava a ciência à serviço de seus interesses, o que inviabilizava a *emancipação sentimental, intelectual, econômica e social dos proletários e de toda a humanidade*. Por isso, na medida e que a burguesia tomava para si a responsabilidade de educar a população, nada mais fazia do que *enlouquecer os cérebros* daqueles que frequentavam suas escolas.

Considerando que a burguesia, inspirada no misticismo, nas teorias positivis-

tas e nas teorias materialistas sabiamente invertidas pelos cientistas burgueses, os quais metamorfoseiam a ciência segundo os convencionalismos da sociedade atual; centralizando a instrução, tratando de ilustrar o operariado sobre artificiosas concepções que enlouquecem os cérebros dos que frequentam as suas escolas, desequilibrando-os com os deletérios sofismas que formam o civismo ou a religião do Estado;

[...]

Considerando que esta instrução e educação causam males incalculavelmente maiores do que a mais ampla ignorância; e que consolidam, com mais firmeza, todas as escravizações, impossibilitando a emancipação sentimental, intelectual,



Foto do Terceiro Congresso Operário Brasileiro - Acervo do Núcleo de Estudos Libertários Carlo Aldegheri

econômica e social do proletariado e da humanidade; (Idem)

Para se contrapor a este tipo de educação, o Segundo Congresso Operário Brasileiro recomendava aos sindicatos, associações e ligas operárias – reafirmando os encaminhamentos do congresso anterior – a construção de novas escolas, onde os próprios trabalhadores fossem os protagonistas da construção de seus conhecimentos e que estivessem, por isso, à serviço de seus interesses. Não obstante, nesse encaminhamento foi colocado que tais escolas deveriam tomar como princípios o método racional e científico, que já haviam sido amplamente divulgados pelo educador catalão Francisco Ferrer y Guardia e que já circulavam pelo Brasil desde meados de 1906. Além disso, o projeto educativo do movimento operário não se restringia apenas à construção de escolas, mas também, e inclusive, na criação de ateneus, cursos profissionais, revistas, jornais, palestras e edições de livros e folhetos. Vemos, desta maneira, que a propaganda servia também à causa da educação e instrução da população, sabendo que essa propaganda não era isenta de um posicionamento, mas sim um conhecimento produzido pelos e para os trabalhadores.

O ‘Segundo Congresso Operário Brasi-

leiro’, aconselha aos sindicatos e às classes trabalhadoras em geral, tomando como princípios o método racional e científico, em contraposição ao ensino místico e autoritário, promovam a criação e divulgação de escolas racionalistas, ateneus, cursos profissionais de educação técnica e artística, revistas, jornais; criando conferências e prelações, organizando certames e excursões de propaganda instrutiva, editando livros e folhetos. (Idem, p.139)

É justamente na resolução do Segundo Congresso que podemos perceber que a dimensão educacional do movimento operário assemelhava-se muito da perspectiva pedagógica do movimento anarquista no Brasil. Como nos mostra o historiador da educação José Damiro (2013), para os militantes anarquistas a educação se dava não apenas na escola, mas também nos sindicatos, grupos de estudos, ateneus, bibliotecas e centros de cultura, sendo que os veículos desta nova forma pedagógica eram apresentados tanto nos periódicos operários e anarquistas, quanto nos livros e folhetos editados. Dessa maneira, a alfabetização era fundamental para a divulgação e expansão das ideias anarquistas, sendo de responsabilidade destes espaços educativos construir o ambiente necessário para tal intento.

Por conta da grande quantidade

de analfabetos entre os operários, as leituras de jornais e livros eram realizadas de maneira coletiva³. Os próprios trabalhadores se cotizavam e contratavam pessoas que liam livros como de Émile Zola e jornais operários como *A Voz do Trabalhador*, possibilitando a esses trabalhadores se apropriarem de conceitos e reflexões feitas pelos libertários. Tendo em vista potencializar a apropriação do conhecimento letrado, a alfabetização se torna uma das prioridades para os anarquistas na medida em que quanto maior for o número de pessoas alfabetizadas tanto era maior o número da participação dos trabalhadores nas organizações sindicais. Neste sentido, a luta pela emancipação econômica estava estreitamente ligada à emancipação intelectual do operariado

Formalizando o consórcio entre o mundo do trabalho e o mundo do conhecimento, ofereceram aos trabalhadores uma reflexão acerca de sua própria condição de existência, para que pudessem, com maior propriedade, orientar a revolta da classe. (SAMIS, 2014, p.50)

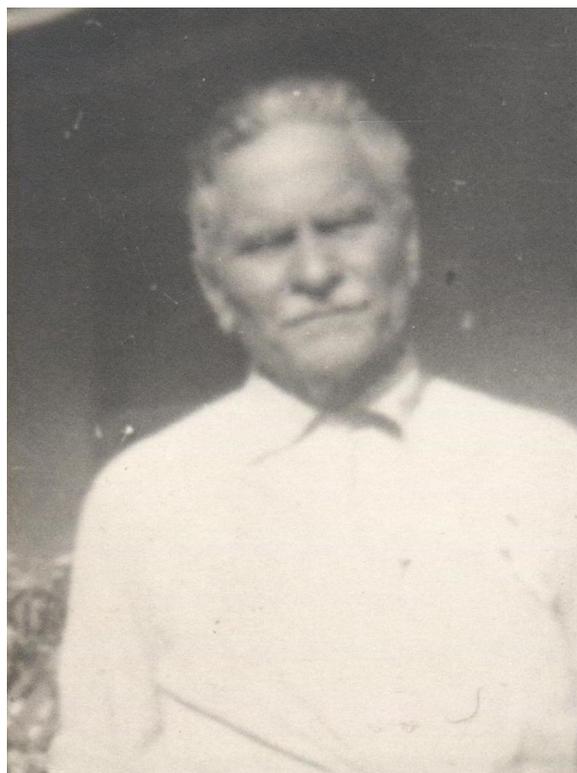
3 “[...] em voz alta, em grupo, nos locais de trabalho, à hora do almoço, ou nas sedes das associações para que a maioria de analfabetos pudesse ouvir, compreender as ideias, os métodos de luta, memorizá-los, assimilá-los!”. RODRIGUES, Edgar. *Quem tem medo do anarquismo?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1992, p.48.

Adelino Tavares de Pinho: Educação, movimento operário e anarquismo

Adelino de Pinho, fazendo parte desse movimento, não deixou de estabelecer o consórcio entre o mundo do trabalho e do conhecimento. Em textos e conferências podemos notar como relacionava cada uma destas perspectivas, propalando de tal maneira que o sustentáculo de toda a emancipação só poderia vir por meio da união e da instrução.

[...] só unindo-vos e instruindo-vos podereis atingir aquele grau de consciência e convicção capaz de vencer todos os empecilhos, todas as ciladas e todas as dificuldades com que os nossos inimigos costumam procurar impedir o advento de uma sociedade mais justa, mais benéfica e altruísta: é pela união que adquirireis a dureza do aço, a resistência do ferro, a rija do granito, a qual afronta todas as tempestades e todas as tormentas, mantendo-se insensível, sem mossas e sem arranhaduras. É pela instrução que conseguireis adquirir a consciência de vossa força, de vossos deveres e de vossos direitos. (PINHO, 2013, p.101)

Para Adelino, a união do operariado e a instrução criariam, portanto, a força necessária para sua emancipação. No entanto, para que tal força fosse “benéfica”, elas deveriam estar à serviço



Adelino de Pinho (1885 - ?)

das causas *justas, nobres e altruísticas*, e tal sentido só poderia ser traçado se caso o “espírito” dos trabalhadores fosse “esclarecido por uma sã e clara instrução”, podendo distinguir as divisões produzidas pelo mundo capitalista, tais como o “justo do injusto, o belo do disforme, a verdade da mentira”. Adelino sublinha que somente assim deixará de ser seduzido “pelo canto da sereia burgueso-capitalística”.

Dessa maneira, seria pela união em sindicatos que o trabalhador tornaria-se capaz de lutar contra a exploração e dominação, sendo pela instrução que não se deixaria seduzir pela ideologia das classes dominantes. Congregando um ponto a outro os trabalhadores produziram uma nova forma de ver o mundo, diferente daquelas entoadas

pelas sereias burgueso-capitalistas. Neste sentido, forjaram uma moral que se realiza no seio da luta contra a opressão e a exploração, não no sentido normatizador da moral que se institui como a certa, imposta de cima para baixo, mas uma conduta que diz respeito às vivências nos sindicatos, nos estudos de suas mazelas e nas reflexões da construção de uma sociedade socialista libertária.

Foi pelo trabalho e reflexão que o ser humano pôde domesticar a natureza, produzindo muito mais conforto para sua vida cotidiana. Utilizar-se dos ventos para mover um moinho, fazer uso dos períodos de inundações dos rios para regar e plantar, produzir luz elétrica iluminando casas, cidades e oficinas, todos esses benefícios só foram possíveis por conta do trabalho do “homem esclarecido”, mas por um pequeno descuido, um pequeno acidente que se produza e todo o trabalho e a sociedade que se construiu a partir dele poderá ser destruído.

Carregado de um iluminismo radical, radical também é o humanismo classista de Adelino, pois se ao mesmo tempo coloca o uso da racionalidade como instrumento de emancipação dos trabalhadores, tal razão, ou melhor, “consciência”, só poderia ser adquirida se os trabalhadores frequentassem suas associações operárias:

O papel da educação no movimento operário e anarquista

[...] esta consciência adquiri-la eis frequentando a vossa associação, em convivência diária e cotidiana com os vossos companheiros de labuta e de miséria, discutindo, trocando impressões, tomando parte nos trabalhos associativos, inscrevendo-vos e fazendo vossos filhos inscrever-se como alunos em escolas já inauguradas; estudando todas as questões que se relacionam com a sociologia e com a questão social; procurando conhecer os grandes acontecimentos que se sucedem em todas as nações ditas civilizadas e que são como um prelúdio à grande e inevitável transformação que se está incubando e que não demorará em desatar em opiniões e salutareos frutos de solidariedade e de igualdade universal. (Idem, p.102)

Segundo Adelino, é do cotidiano da vida do trabalhador que se alimenta a instrução. O estudo das questões sociais não poderia ser adquirido nas escolas e nos liceus da burguesia, mas sim no sindicato e nas escolas racionalistas, pois estes lugares estavam à serviço não da preservação dos privilégios de alguns, mas sim na socialização de todas as riquezas, seja ela intelectual ou material. O objetivo da união destes dois “baluartes da defesa” do operariado era fazer com que as reivindicações não se estagnassem como as águas dos pântanos, unir educação e associação operária era fazer com que a educação

ganhasse a dimensão das lutas sociais a partir de um movimento dinâmico entre educação e luta de classes, num movimento contínuo, onde os trabalhadores pudessem passar a compreender quais eram as tiranias e os despotismos que lhes recaiam, impedindo que a luta se consumasse apenas nas reivindicações de melhorias pontuais, estendendo o horizonte de expectativa dos trabalhadores para o futuro, não interrompendo a luta até que a liberdade fosse consumada na sociedade:

[...] sede como as águas sempre agitadas. Vibrai a todas as ideias generosas; protestai contra todas as tiranias e despotismos; adere a todas as atitudes altruísticas e sãs; interessai-vos por todos os movimentos de reivindicação e de solidariedade universal, e, sobretudo, não adormeçais sobre os troféus das conquistas já ganhas, das vitórias já alcançadas. Os nossos inimigos não dormem. (Idem, p.103)

Tanto o movimento operário quanto Adelino estabeleceram uma relação quase que intrínseca entre a luta sindical e a educação. Percebemos ao analisar as atas do primeiro e segundo Congresso Operário Brasileiro que os trabalhadores estabeleciam essa relação de tal forma que entendiam que a emancipação intelectual dos operários não seria possível se não houvesse, in-

clusive, a emancipação econômica. No entanto, a emancipação econômica não aconteceria se não houvesse também a emancipação intelectual. A tomada de consciência da situação de explorado e de oprimido se dá concomitantemente às lutas contra os patrões e o Estado.

Essa dinâmica de tomada de consciência torna-se mais fácil quando nos referimos à educação de jovens e adultos. Já no caso da educação dos filhos dos trabalhadores, tendo em vista a relação educação e movimento operário, se tornava mais complexa, e foi justamente nesse sentido que Adelino colaborou de maneira decisiva para o debate. Em 13 de dezembro de 1908, Adelino de Pinho fez uma conferência na Liga Operária de Campinas. Sua fala foi editada em folheto pela gráfica “Peninsular Monteiro Gonçalves A.C.”, editora de Portugal. Adelino, nesse período, era professor da Escola Social de Campinas e seu discurso se destinava aos pais dos alunos, suas primeiras linhas fica logo claro que dissertava para as famílias operárias.

Pontuando uma série de motivos, Adelino procurou argumentar porque a Escola Social não havia aplicado os exames finais, o que comumente era feito em época de férias. Adelino colocou que os exames eram prejudiciais aos alunos, pois atentavam contra a verdadeira instrução e que tais exames de nada provavam sobre a competência

de qualquer indivíduo. O saber, portanto, não implicava uma tabula rasa onde eram preenchidos os conhecimentos, mesmo aqueles que nada conhecem podem sair-se bem em tais exames, já que o saber não é passível de ser avaliado. O que conferia o sucesso nos exames não era apreender o conhecimento, o que fazia com que uns ganhassem o diploma e outros não, estava relacionado muito mais com questões individuais e sociais do que pedagógicas, em detrimento de “favoritismos, de compadrio ou de polícia”, assim como o “temperamento” das crianças.

Para Adelino, os exames não consideravam os aspectos emocionais da criança. Aquelas que eram mais tímidas, que facilmente se deixavam impressionar ou eram tomadas pelo medo, quando questionadas por pessoas que nunca tinham visto e que não possuíam nenhuma relação próxima, não conseguiam responder às perguntas feitas, mesmo se soubessem as respostas. Já outras, que eram mais desinibidas, que não se deixavam abalar em situações de estresse ou que memorizavam as informações que lhes eram requeridas, poderiam sair-se melhor.

Os exames dividiam os estudantes entre aqueles que eram aprovados e reprovados, entre os que eram capazes e incapazes, essa divisão obedecia a uma lógica que não necessariamente correspondia aos conhecimentos reais de

cada um. O resultado desses exames, ou seja, a obtenção ou não do diploma,

como toda espécie de prêmios, é contrário, é prejudicial, é daninho, atentatório às regras da pedagogia moderna. São coisas que só serve para tornar as crianças vaidosas, pedantes – aquelas que o obtém. As outras, as menos hábeis, as menos aptas para o ensino que lhes dão – essas são lançadas para o lado e perseguidas com dichotes e epítetos de todas as espécies de feitios. (PINHO, 2013, p.26)

Sendo este o castigo para quem não consegue. A dualidade – capazes e incapazes – produzida pelos exames criavam, segundo Adelino, uma perversidade que jogava na criança a responsabilidade de seu sucesso ou fracasso, construindo uma hierarquia de valores das mais “aptas” intelectualmente (e por isso vaidosas e pedantes) e das menos “aptas” (burras e incompetentes) reforçando as exclusões típicas da sociedade capitalista. Concordando com a pedagogia racionalista de Ferrer y Guardia, Adelino ressalta que esta hierarquia é formada a partir da lógica de prêmios e castigos do ensino tradicional, formando uma noção meritocrata da educação totalmente adaptada à moral capitalista. Por isso, a proposta de se acabar com os exames era uma maneira de interromper a reprodução

dessa mesma moral.

E aqui Adelino toca num ponto fundamental: as crianças que não conseguem o diploma não o adquirem por uma série de motivos, tais como problemas cognitivos, psicológicos ou de uma má formação congênita. O fracasso em se obter o diploma, por mais que possa parecer incapacidade da criança, na verdade, não dizia respeito às necessidades reais e individuais que cada um possuía. As características psicológicas e biológicas de cada um eram determinações que estavam para além da vontade individual da criança, pois

a criança não fez a si mesma. Aquilo que é, não o é por vontade própria: o é forçada por circunstâncias estranhas à sua vontade; ao seu conhecimento. Logo, como conclusão, as crianças devem-nos merecer todo respeito, toda simpatia, todo amor. (Idem, p.27)

Seria função do educador, portanto, incluir tais crianças dentro do processo educativo entendendo seus aspectos intelectuais e afetivos, pois essas sim requereriam cuidados mais atentos, diferente daquelas que não possuíam, aparentemente, nenhum problema físico, psicológico ou cognitivo. Os estudantes com maiores facilidades no aprendizado deveriam contentar-se com o “prêmio” que a natureza os dotou, pois se encontravam mais prepa-

radas para enfrentar a luta pela vida e terem mais elementos para prosseguir.

Para Adelino de Pinho, mesmo aquelas crianças que são enquadradas em parâmetros “normais”, a realização de exames para elas não eram benéfica, pois mesmo estas poderiam não conseguir passar nos exames, o que não significaria que não se esforçaram. O que se avaliava nos exames não era esforço dos estudantes em aprender tal ou qual conteúdo, o que se avaliava eram os resultados obtidos, acirrando uma maior competitividade entre os estudantes. O esforço não poderia ser medido por uma prova, assim como o talento específico de um e de outro.

o talento é uma coisa imaterial, como querer prezá-lo, medi-lo, compará-lo? Todos têm sua utilidade em existir. Têm-se talento e habilidade numas coisas, e é tapado ou inábil em muitas outras – é o que é. Por isso, nós, que não temos empenho senão em dar a maior soma de saber e conhecimentos a todos, e que sabemos que o conhecimento não precisa de documentos que o atestem, senão de fatos que o provem, condenamos os castigos. (Idem, p.35)

O problema da educação seria, quando voltada para os exames e a obtenção dos diplomas, a homogeneização do ensino. Não se levava em consideração quais eram as singula-

ridades de cada um, também não era ponderado se os estudantes possuíam um “talento” maior para a fala do que para a escrita, para a observação do que pela redação. Também não se levava em consideração àqueles estudantes que possuíam maior facilidade em absorver o conteúdo e que poderiam se desenvolver com maior liberdade, pois deveriam limitar-se a partir dos conteúdos que foram pré-estabelecidos pelo exame.

Depois dessa série críticas feitas aos exames, Adelino indaga aos seus interlocutores: mas não seria o diploma uma vantagem que os filhos da classe operária teriam em melhorar de vida? Tendo a posse de um diploma, não seria possível ter uma vida mais saudável longe dos ambientes insalubres do trabalho fabril, da árdua labuta diária dos campos, de *poder viver com menos esforço, com mais conforto, melhor acomodado?* Sim, mas é claro! Todavia, essa educação não seria destinada às classes operárias, mas sim para aqueles que desejavam reproduzir o sistema de desigualdades e de opressão do mundo burguês. Qual seria a finalidade, então, da educação voltada para a classe trabalhadora? A educação dos filhos dos operários não deveria criar novas hierarquias, não poderia servir à construção de novas desigualdades. Adelino averigua que o conhecimento que tem como objetivo a obtenção de diplomas

assevera mais ainda o fosso que existia entre a classe operária e a burguesia, e ao desejar fazer das crianças economistas ou advogados seria desejar fazer das crianças burocratas que parasitariam o trabalho alheio.

[...] os trabalhadores devem cogitar em não fazer de seus filhos burocratas. Os trabalhadores devem esforçar-se sim, mas de fazer de seus filhos uns bons trabalhadores manuais, bem hábeis nos seus misteres, bem aptos nos seus ofícios, capaz de viver trabalhando e lutando. (Idem, p.28)

A educação dos filhos da classe trabalhadora deve, portanto, segundo Adelino, formar não os verdugos da antiga sociedade, mas trabalhadores que estariam aptos a continuar o trabalho de seus pais e seguir lutando contra o regime de opressão e exploração capitalista. Adelino percebe que ao reproduzir o sistema que mantém as posições de bacharéis de toda estirpe faz-se manter o *status quo*, ou seja, se reproduziria a dinâmica onde uns trabalham e outros se aproveitariam do trabalho do outro, onde uns são explorados e outros usufruem de todas as riquezas produzidas, tudo isso através da hierarquia formada não pelo conhecimento, mas pela

obtenção de um título que lhe confere certa posição social. Por isso, “o reino dos diplomados”, para Pinho, “é o reino dos acomodados”.

O fundamento da sociedade capitalista não se centrava apenas na esfera econômica e política, mas também, e inclusive, na ética. Para exemplificar isso, Adelino criou a imagem do “chiqueiro moral” associando-a à sociedade em que vivia. Nesta sociedade a consciência é vendida como uma mercadoria, onde o trabalhador deve se humilhar e vender-se sem pudor e escrúpulos. Em tal sociedade a educação destinava-se



“Quem não trabalha não come”, por Adelino de Pinho

à escravização dos cérebros, corações e sentimentos ao superior hierárquico, ao chefe político, ao deputado e ao ministro, pois estes, com medo da tomada de consciência dos trabalhadores, receavam em perder suas posições de privilégios.

O operário, com um cérebro para pensar, um coração para sentir, um braço para empunhar a ferramenta, é a única unidade de valor moral que se impõe, que se faz vegetar nesse pântano em que vegetamos. (Idem, 29)

Segundo Adelino, o trabalhador tornava-se, portanto, a “unidade de valor moral” que combateria a imoralidade capitalista. O que constituía a moral, dessa forma, mais do que o trabalho era o trabalhar. Era no ato de trabalhar que se adquiriria a consciência de produtor, ou seja, daquele que constrói a riqueza pelo seu trabalho, sendo útil para a sociedade. Existiam, portanto, aqueles trabalhos que eram úteis e/ou inúteis socialmente. O trabalho útil era aquele que *proporcione à humanidade alguma parcela de bem estar moral ou físico*. Entender o trabalho através dessa chave – útil/inútil –, não é localizá-lo no campo do utilitarismo clássico, pois tal perspectiva não o procura enquadrar na atual sociedade, mas entendê-lo como elemento que constrói outra sociedade, pautada sob outros princí-

pios. Se assim não fosse, Adelino reconheceria a utilidade do trabalho do advogado, por exemplo, na medida em que este, reconhecendo as instâncias legais da sociedade capitalista, proveria com seu trabalho o melhoramento desta mesma sociedade. No entanto, os trabalhos burocráticos são tidos como trabalhos inúteis, dado que não fornecem à sociedade os meios necessários para a sua reprodução enquanto seres humanos. O que os trabalhos burocráticos reproduzem eram, justamente, as desigualdades econômicas, políticas e sociais. Por conseguinte, o imoral era aquele que não trabalhava – o parasita – ou aquele que trabalhava inutilmente ou utilmente para a reprodução do capitalismo.

Assim sendo, trabalho manual por si só não era suficiente para se construir outra sociedade. Era necessário que este trabalho estivesse atrelado ao trabalho intelectual.

O seu braço (do trabalhador), auxiliado pela inteligência remove todos os obstáculos; rasga canais, perfura túneis, aplanha montanhas, cava lagos, sulca o oceano. E tudo isto sem diploma! (Idem)

Podemos pensar que quando Adelino une o trabalho manual ao trabalho intelectual entendia que ambos *eram* dois tipos de trabalhos distintos e que deveriam ser unidos. Contudo,

acreditamos que Adelino e, de certa forma, grande parte dos anarquistas que se preocuparam com a temática da educação, constataram que o trabalho manual e o trabalho intelectual *estavam* desconectados, desligados um do outro. O capitalismo, ao aprofundar a divisão social do trabalho, criou uma série de hierarquias que determinaram o tipo de trabalho que um e outro poderiam ou deveriam fazer, sendo os trabalhos braçais menos valorizados do que os trabalhos intelectuais. O que Adelino de Pinho buscou apresentar foi justamente acabar com estas hierarquias, propondo que tanto um trabalho quanto o outro fossem postos em pé de igualdade. Mais do que isso, o que propõe é a possibilidade dos sujeitos de se empoderar tanto do trabalho manual quanto do intelectual, pois reconhecia na união destes dois trabalhos o dado natural da vida.

A vida é uma troca perpétua. O homem está em relação de reciprocidade com o meio natural e o meio social, com o universo inteiro e os seus semelhantes. Não nasceu unicamente para conhecer, mas também para agir. Alternativamente ativo e passivo, dá-se e recebe; toma ideia nas coisas, e depois põe suas ideias em suas obras. Entra em comunidade de interesses, de sentimentos, de pensamentos com os outros homens, utiliza-se do trabalho de outrem, e, seguidamente,

exerce sua atividade em proveito próprio e em proveito de todos. (Idem, p.32)

Se a educação não cumprisse este duplo papel, o de *assimilar e produzir, compreender e exprimir, conhecer a realidade e realizar o útil* seria uma educação incompleta e estéril. Deste modo, a educação anarquista, sugerida por Adelino, deseja construir o ser humano completo, busca formar tanto um trabalhador/a que produz e transforma a realidade em sua volta de maneira socialmente útil, quanto um pensador/a que usufrui do trabalho coletivo e que possa desfrutar do conhecimento e das artes.

O homem deve ser, antes de tudo, um trabalhador para prover a sua alimentação, o seu sustento e o de sua família. Mas nem só de pão vive o homem. O homem têm necessidade de livros, de música, de estátuas, de pintura, de paisagens. Logo, a par dum trabalhador, devemos fazer um pensador. (Idem, 33)

Ao construírem a relação entre as lutas levadas a cabo pelo movimento operário nos sindicatos e a educação, a C.O.B. e os militantes anarquistas mostraram que não era possível entender a emancipação das classes populares sem levar em consideração os aspectos econômicos, políticos, sociais, éticos e culturais. O tecido social é atravessado

por todos esses elementos formando um emaranhado complexo, e a função da luta sindical associada à educação procurou fazer com que os/as trabalhadores/as e seus filhos/as pudessem entender esta complexidade na medida em que procuraram transformá-la, buscando romper as sendas que os prendem.

Referências bibliográficas

PINHO, Adelino Tavares de. Pela Educação e Pelo Trabalho e outros escritos, editora Biblioteca Terra Livre, São Paulo, 2013.

RODRIGUES, Edgar. Alvorada Operária, editora Mundo Livre, Rio de Janeiro, 1979.

SAMIS, Alexandre. O Primeiro Congresso Operário Brasileiro e outras formas pedagógicas de luta in Educação Libertária, Editora Imaginário e IEL, São Paulo e Rio de Janeiro, março de 2014.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre a pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil in VÁRIOS, História do Movimento Operário Revolucionário, editora Imaginário, São Paulo, 2004.

Vitor Ahagon é membro da Biblioteca Terra Livre e educador do Cursinho Livre da Lapa.